

ESTADO E HEGEMONIA DO AGRONEGÓCIO NO BRASIL

Sônia Regina de Mendonça¹

RESUMO: O trabalho aborda o processo de construção da hegemonia de um novo segmento patronal rural no Brasil entre as décadas de 1980 e 1990. Trata-se da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), fundada em 1969 e que se tornou, sobretudo após 1985, a força dirigente dos grupos dominantes agroindustriais no país. Analisando os projetos e estratégias políticas adotados pela entidade, verifica-se que a OCB conseguiu, não apenas superar a crise de representação política vivenciada pelas agremiações patronais da agricultura, mas também impor sua hegemonia, tendo por coroamento a criação de uma nova entidade, de novo tipo – a Associação Brasileira de Agribusiness (ABAG) – e a nomeação de sua mais destacada liderança – Roberto Rodrigues – como Ministro da Agricultura do governo Lula.

PALAVRAS-CHAVE: agronegócio. Entidades patronais da agricultura. Organização das Cooperativas Brasileiras.

ABSTRACT: This work deals with the process of the hegemonic construction of a new rural patronal groups in Brazil during the 80s and 90s, namely, the Brazilian Cooperatives Organization (BCO), founded in 1969 and that became especially after 1985 the new directing force of all Brazilian agroindustrial groups. In analyzing the political projects and strategies of this collective group it is possible to verify that the OCB succeeded not only in

¹ Professora do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, Doutora em História.

surpassing the political representation crisis involving the agrarian patronal associations, but also in becoming hegemonic through both the creation of the Brazilian Association of Agribusiness (ABAG) and the appointment of Roberto Rodrigues, its more distinguished leader, as Agriculture ministry for the government of Luiz Inácio Lula da Silva.

KEYWORDS: agribusiness. Agricultural patronal collective groups. Brazilian Cooperatives Organization.

À guisa de introdução

O alvorecer da “abertura” política brasileira teve, como um de seus componentes menos estudados, uma profunda crise de representação política entre as entidades patronais rurais. Tal crise deitava raízes na chamada “modernização” da agricultura brasileira a qual, respaldada por políticas públicas calcadas na farta distribuição de créditos e subsídios estatais, com vistas à capitalização do campo, contribuiu, decisivamente, para a extrema especialização da produção agroindustrial. Do ponto de vista político institucional, semelhante especialização resultou na emergência de um duplo processo de diferenciação intraclasse dominante “agrária”, agudizando disputas entre as diversas agremiações do patronato, em torno da afirmação de um único porta-voz “legítimo” do conjunto, em claro contraste com a grande diversificação de seus negócios.

O motivo da contenda era assegurar a permanência ou exclusão de representantes do “setor agrário” junto às agências da sociedade política – ou Estado restrito - o que, em face dessa nova agricultura superespecializada, tornava cada vez mais difícil a construção de um consenso, ainda que a retórica de suas lideranças estivesse centrada na construção de uma identidade empresarial dos grandes proprietários.

Até meados dos anos 1980, a representação patronal da agricultura fazia-se em dois planos: no âmbito formal-legal, através

das federações rurais em cada estado e da Confederação Nacional da Agricultura, e no âmbito real, através de entidades organizadas por ramo ou setor e materializadas em associações civis de produtores. Em meados da década, quando da divulgação, pelo presidente Sarney, do Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) em 1985, quatro agremiações disputavam a hegemonia patronal: a Sociedade Nacional de Agricultura (SNA); a Sociedade Rural Brasileira (SRB), a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) e a oficialista Confederação Nacional da Agricultura (CNA), entidade máxima da estrutura formal-legal do patronato.

As lideranças da OCB, mediante uma série de articulações políticas decisivas – dentre elas o enfrentamento da recém-criada UDR e a formulação de um **novο projeto para** agricultura brasileira – saíram vitoriosas do enfrentamento.

Organização das cooperativas brasileiras: um breve histórico

A primeira cooperativa de que se tem notícia surgiu em Manchester, no ano de 1844, fundada por 28 tecelões que reuniram suas economias e montaram um armazém - a Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale. O grupo dava origem a um modelo econômico tido como alternativo - baseado nos princípios da igualdade, liberdade, ética e justiça - e destinado a difundir a eficiência na organização social, em prol de causas coletivas comuns.

Desde então, as cooperativas expandiram-se por todo o mundo, definindo-se como associações autônomas de pessoas, voluntariamente unidas para satisfazer necessidades econômicas, sociais e culturais comuns, através de empresas de propriedade coletiva, “democraticamente” geridas. Nascia, assim, o “mito fundador” do cooperativismo, ao qual todas as lideranças posteriores remeteriam de modo a legitimar suas ações e empreendimentos, conquanto plenamente capitalistas e lucrativos. Os “princípios rochdaleanos” são, até hoje, justificadores da “pureza” das cooperativas.²

Dessa forma, o cooperativismo também se consolidou enquanto doutrina, que atribuía à livre concorrência a responsabilidade pelas desigualdades vigentes no capitalismo e proclamava, para combatê-las, a necessidade da vitória do interesse geral sobre os particularismos e a dos grupos sobre os indivíduos, construindo uma ordem social idealizada, calcada na negação dos conflitos de classe. Outra viga da doutrina seria o combate ao envolvimento do Estado na economia, garantindo-se à iniciativa privada o papel de motor da organização social.³ Na medida em que se alastrava pelo mundo, penetrando regimes os mais distintos, o cooperativismo seria reformulado, passando a admitir, até mesmo, a intervenção de seu antigo objeto de críticas: o Estado. Supondo neutralizar tensões sociais e instrumentalizar a racionalização técnico-econômica da produção e das trocas, as cooperativas eram tidas como instrumentos de “transformação moral dos homens”, por propiciarem uma vivência “igualitária” e responsável pelo surgimento de uma nova “mentalidade”, totalmente apartada de idéias perniciosas.

No Brasil, o movimento germinou a partir de 1889, conquanto a maioria dos autores remeta o início do cooperativismo, propriamente dito, a começos do século XX, quando do surgimento de Caixas Cooperativas organizadas por imigrantes no Rio Grande

² Seriam eles: adesão livre e voluntária; gestão democrática; participação econômica dos associados; autonomia e independência; educação, formação e informação, intercooperação e responsabilidade social. Vale lembrar que, entre 1890 e 1910, o Cooperativismo tornou-se a opção dos sem-terra e dos proprietários sem bens líquidos, constituindo-se numa modalidade de resistência às pressões sociais latentes no período. Por seu intermédio, a agricultura reagiria à longa depressão dos preços iniciada em fins do século XIX, conseguindo obter estabilidade social num contexto de crise. HOBBSAWN, Eric. *A era dos impérios*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

³ O cooperativismo evoluiria da idéia de uma “via intermediária” entre capitalismo e socialismo para a prática de organização de associações econômicas que, em teoria distantes das lutas políticas, serviriam como paliativo para os “males do capitalismo”, ainda que não advogasse o fim da relação entre proprietários dos meios de produção *versus* proletariado.

do Sul e multiplicadas por outros estados.⁴ No entanto, profundas divergências marcaram o pensamento e ação dos primeiros cooperativistas, fazendo coexistir duas vertentes: uma, voltada para a quebra do “círculo de ferro” da intermediação comercial e financeira, visando ao lucro individual e seu cunho empresarial e estritamente privado; outra, de caráter doutrinário, surgiria da ação de um grupo de agrônomos ligados ao Ministério da Agricultura, desejosos de multiplicar as cooperativas enquanto instrumentos de superação das desigualdades e injustiças sociais vigentes no campo⁵, tendo por vértice o Estado.

Entre 1930 e 1945 o cooperativismo brasileiro seria marcado pela disputa entre duas correntes, o cooperativismo “livre” e o “cooperativismo sindicalista”, até o expurgo definitivo, em 1938, deste último.⁶ O êxito do chamado “cooperativismo livre”- ainda que doutrinário e fortemente estatizado – correspondeu a uma política estatal voltada para a cooperativização do campo em âmbito nacional, acompanhada pela forte burocratização imposta pelo Ministério da Agricultura.⁷ Em contrapartida, o poder público reveria as faculdades cabíveis às cooperativas, transformando-as, de agremiações destinadas a operações econômicas sem fins lucrativos (decreto nº 581, de 1938), em entidades capazes de adotar qualquer atividade com fins econômico-sociais (decreto nº 6.274, de 1944).

⁴ ANDRADE, Almir. *Contribuição à história administrativa do Brasil na República, até o ano de 1945*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1950, vol. 1, p.108. Para o autor as instituições autodenominadas “cooperativas” seriam muito mais capitalistas do que propriamente “cooperativistas”.

⁵ A esse respeito ver MENDONÇA, Sonia Regina de. *A Política de Cooperativização Agrícola do Estado Brasileiro*. Niterói: EDUFF, 2002.

⁶ O decreto no. 22.239 baseia-se na doutrina dos probos de Rochdale, significando que o cooperativismo brasileiro teria seu primeiro texto normatizador definindo as cooperativas enquanto sociedades de pessoas e não de capital, o que lhes garantia a isenção de alguns impostos.

⁷ A tutela se daria através de inúmeras obrigações às cooperativas, tais como: o aumento das exigências para definição de suas diretorias; a estipulação de condições para candidatos a postos e a ampliação de proibições impostas às cooperativas.

Todavia, desde seu surgimento, as cooperativas não contaram com entidades representativas de seus interesses, capazes de inscrevê-los na materialidade da sociedade política. Isso somente se daria na década de 1960, mediante a criação simultânea de duas associações setoriais: a Aliança Brasileira de Cooperativas (Abcoop) e a União Nacional das Associações Cooperativistas (Unasco), assim mantidas até finais da década.⁸ Somente em 1969, por iniciativa do então Ministro da Agricultura, Luiz Fernando Cirne Lima, seria promovida a unificação das agremiações, já que, na nova conjuntura, as cooperativas despontavam como importante pólo de produção agro-pecuária, o que tornava imperiosa a existência de um único porta-voz “legítimo” para “dialogar” com o governo. Dessa iniciativa nasceria a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), ratificada como a representante única de todo o setor.

Respaldada por líderes de cooperativas basicamente paulistas, a OCB foi inaugurada numa sala emprestada pela Organização das Cooperativas do Estado de São Paulo, aí funcionando até 1972, quando de sua transferência para Brasília, contando, ainda, com escassa expressão política. A partir de 1974, entretanto, teria início a trajetória ascendente desta agremiação junto à correlação de forças vigentes entre as entidades patronais rurais, o que pode ser explicado, em boa parte, pela criação do Estado da Contribuição

⁸ Cisão equivalente se reproduziria em âmbito estadual. No caso paulista, por exemplo, conquanto datem dos anos 1950 as primeiras iniciativas de institucionalização do setor - originando a União das Cooperativas do Estado de São Paulo (UCESP) - logo surgiriam disputas que fraturariam o movimento, fazendo surgir, em 1965, uma nova entidade: a Associação das Cooperativas Agropecuárias do Estado de São Paulo (ACAPESP), presidida por um diretor da Sociedade Rural Brasileira. Os motivos da cisão prendiam-se a divergências de “*ordem política, doutrinação e operacional*” já que dirigentes da ACAPESP acusavam a UCESP de se “*envolver em política*” ao estimular a criação de cooperativas de consumo enquanto estratégia para fragilizar as cooperativas de produção agrícola propriamente ditas, fato corroborado pela grande imprensa, que apontava a ACAPESP como a “*verdadeira entidade agremiativa dos produtores rurais*” *O Estado de São Paulo*. São Paulo: 23-12-1965, p. 6.

das Cooperativas, responsável pela arrecadação da grande massa de recursos destinados a fortalecer a entidade.

OCB: projetos e estratégias de ação

Apesar do forte apoio estatal à sua implantação, uma das primeiras campanhas movidas pela OCB, ao longo dos anos 1970-80, consistiria em pressionar, pela aprovação de uma nova Lei Cooperativa, que se consagrasse a autonomia do cooperativismo em relação ao Estado. A estreita “afinidade” até então estabelecida entre o Governo Federal e a OCB pode ser explicada a partir de aspectos decorrentes da própria doutrina cooperativista, sobretudo três: a) o caráter supostamente mais democrático das cooperativas; b) a auto-representação das cooperativas enquanto empreendimentos não-capitalistas e antilucro e, finalmente, c) sua possibilidade de distribuir os “ganhos” entre os cooperados segundo seu “trabalho” e não segundo seu capital. Semelhantes pilares, remetidos ao “mito fundador” Rochdaleano, transformariam o cooperativismo num significativo instrumento/movimento de negação do conflito social, graças à propaganda do colaboracionismo entre associados de diversos portes, cujo ponto em comum consistia no fato de “não terem patrões”.

Essas premissas político-ideológicas respaldariam as lideranças da OCB não apenas enquanto opção “socialmente superior” de exploração e organização das atividades agro-industriais, mas também como porta-vozes “naturalmente” autênticos das agremiações patronais, posto que os únicos dotados de “missão social”. Esta foi a mais significativa estrutura argumentativa brandida pelos dirigentes da OCB até a plena consecução de seus objetivos, já em fins da década de 1980, tendo como “ícone”, seu líder mais atuante e conhecido: Roberto Rodrigues.

Uma das estratégias de construção da direção da entidade - na acepção gramsciana do termo - consistiu em publicar, com regularidade, inúmeros periódicos, encarregados de difundir o cooperativismo como sinônimo de democracia e igualitarismo, o

que acabou por consolidar politicamente a OCB, ao lado, é claro, da sistemática inserção de seus quadros junto às mais distintas agências da sociedade política. A “pedagogia” adotada pelas revistas consistia em repetir, *ad nauseam*, idéias-força como “o **Cooperativismo é a solução do futuro**; é para nós um **sistema-síntese**. Possibilita a **capitalização sem capitalismo e a socialização sem socialismo**”.⁹

Logo, a doutrina cooperativista funcionaria como uma espécie de “bússola” tanto para a organização interna da OCB, quanto para a construção de sua legitimidade “externa”, já que “igualitarismo”, “sociabilidade democrática” e “paz social” eram atributos vistos como indispensáveis à manutenção da ordem social no campo. Em seu nome, os dirigentes da OCB chegariam a propor que a própria agremiação funcionasse como ferramenta para a “solução” dos conflitos no campo, estabelecendo, ainda, sua suposta afinidade com outra entidade fortemente atuante no campo - a Igreja – visando “neutralizar” seus segmentos mais progressistas, fortemente comprometidos com a organização dos movimentos sociais rurais, através das Comunidades Eclesiais de Base.

Para tanto, entre 1972 e 1993, as lideranças da OCB cultivariam sua associação sob valores “humanitários”, afirmando-se como nova força sócio-política, dotada de ampla aceitação social. Em matéria intitulada “*Dialogar com a Sociedade*”, seu então presidente João Alckmin, afirmaria que:

O movimento cooperativo, por ser soma de pessoas, teria o que podemos chamar **de voz natural solidária e** suas manifestações são **desconotadas de interesses menores**, escusos.¹⁰

No que tange às demandas setoriais específicas, duas se destacaram pela recorrência com que foram enunciadas nas publicações da agremiação: a autogestão e os crescentes suprimentos de crédito subsidiado, a serem obtidos - em face da polí-

⁹ *Revista Brasileira de Cooperativismo*. Brasília: jan.-fev., 1978: p. 51.

¹⁰ *Jornal do Cooperativismo*. Brasília: nov.-dez., 1980, p. 2, grifos meus.

tica econômica recessiva praticada pelo Estado, em plena crise do “milagre”- pela criação de um banco próprio. Ambas as reivindicações justificavam-se pelo já significativo peso econômico desempenhado pela produção oriunda de cooperativas agropecuárias junto às exportações brasileiras. Por tal razão, as lideranças da entidade deslanchariam, em toda a década de 1980, cerrada campanha em prol da fundação de um banco, a ser mantido com recursos oriundos do próprio setor, no que não teriam sucesso, ao menos até 1993.

A outra grande demanda, organizada pelos diretores da OCB, consistiu na autogestão, desde aquela relativa à livre comercialização internacional de seus produtos, até aquela que remetia à criação dos organismos próprios de crédito, visando liberar o setor da forte dependência junto ao Estado. Os resultados positivos, entretanto, somente adviriam na conjuntura política mais favorável dos anos 1990, em meio à “onda” neoliberal que assolaria o país.¹¹ Entre fins da década de 1980 e início da de 90, já em pleno processo de desmonte do Estado brasileiro via privatização de suas empresas, a cúpula da OCB veria a oportunidade de sedimentar seu papel político, reivindicando que o próprio setor se incumbisse da gestão dessas estatais, uma vez que *“as cooperativas estão **organizadas para ocupar o vácuo deixado pelo Estado, através da formação de banco próprio; trading company e seguradora**”*.¹²

Outra bandeira assumida pelos dirigentes da OCB referia-se à sua original proposta de Reforma Agrária, em cujo âmbito eram as próprias cooperativas definidas como instrumentos de sua realização, posto ser a entidade definida como “a mais adequada e legítima” para encabeçar este processo. Quanto a este aspecto,

¹¹ Em fins da década de 1980, a OCB, enquanto intermediária entre cooperativas e autoridades competentes, encaminharia ao *Ministério da Agricultura* e à presidência da República, documento à guisa de “contribuição” para a definição dos rumos da política agrícola. Nele estariam contidas as reivindicações centrais do segmento, encabeçando esta pauta, juntamente, o pedido da **autogestão**.

¹² *Informativo OCB*. Brasília: set.,1987, p. 8, grifos meus.

a OCB se distanciava tanto da paulista Sociedade Rural Brasileira – que lhe dera origem - quanto da Confederação Nacional da Agricultura, cujas lideranças opunham-se radicalmente a qualquer interferência junto à estrutura fundiária do país. Talvez, por essa razão, se explique a aproximação estratégica entre a Sociedade Nacional de Agricultura e a OCB¹³, consagrada, em 1990, pela eleição de Roberto Rodrigues, seu líder máximo, como vice-presidente da agremiação fluminense, mesmo que, em momentos considerados “mais críticos” pelos agroindustriais “modernizados” – como no caso do PNRA - todas as entidades patronais se unissem contra a ameaça de expropriação daquelas terras definidas como improdutivas.

Não por casualidade, todas as iniciativas de “reforma agrária” implementadas pelo Estado *a posteriori* da aprovação do texto final do Plano Nacional de Reforma Agrária – já totalmente descaracterizado em comparação com sua versão inicial - contariam com a participação de dirigentes da OCB, na qualidade de “assessores” dos órgãos públicos, encarregados de definir e organizar assentamentos, lavrando-se novo tento político para esta agremiação que emergiria, de modo definitivo, em 1990, como nova força hegemônica dos setores “ruralistas” brasileiros. Um exemplo da afirmativa pode ser ilustrado pela nomeação de Adelar Cunha¹⁴ - vice-presidente da OCB entre 1980 e 1991 - como Superintendente do INCRA, no ano de 1991.

¹³ Tal proximidade deriva do fato de ambas as agremiações posicionarem-se, diante do PNRA, de forma menos radical do que suas rivais, chegando a admitir a grande concentração fundiária no país e acatando a necessidade de realizar-se “alguma” reforma agrária. Neste aspecto específico, distanciavam-se da SRB e da CNA, estas sim, radicalmente contrárias a qualquer menção – ainda que discursiva - ao distributivismo fundiário.

¹⁴ Gaúcho; agropecuarista; economista; ex-presidente da Organização das Cooperativas do Estado do Rio Grande do Sul (OCERGS); conselheiro da Cooperativa Regional de Energia e Desenvolvimento do Litoral Norte; vice-presidente da Cooperativa Triticola Mista Alto Jacuí (COTRIJAL).

OCB: estratégias de construção da liderança

Um aspecto significativo a destacar da leitura da documentação produzida pela OCB é o empenho de seus dirigentes em superar a crise de representação patronal rural através de uma atuação bifronte: de um lado, no âmbito do próprio Movimento Cooperativista, unificando-o e consolidando-o sob sua direção; de outro, agindo junto às demais entidades patronais, visando impor-se como porta-voz única na condução de todas as suas causas e demandas.

No primeiro caso, enfrentariam abertamente a existência de uma crise política intra-setorial, atribuída quer à inexistência de efetivos canais de comunicação entre as bases e a cúpula da entidade máxima de representação cooperativista, quer àquilo que os dirigentes designavam como “*falta de consciência*” dos cooperados, evidenciando a ausência de consenso dentro do próprio setor. Para construí-lo, lançariam mão de suas revistas para aproximar cooperados e suas respectivas entidades, regionais e nacional.¹⁵

Outra estratégia consistiria em eleger-se um “inimigo comum”: as empresas tidas como “falsas cooperativas”, por eles definidas como representantes da invasão capitalista junto às cooperativas, resultando na formulação de inúmeras denúncias contra, sobretudo, a Copersucar, a quem os dirigentes da OCB referiam-se como “*cooperativa biônica*”, que “*usa indevidamente o título de cooperativa*”.¹⁶ Vale lembrar que a Copersucar era ligada a grandes usineiros paulistas, sendo filiada à sua antiga “entidade-matriz”, a *Sociedade Rural Brasileira*, contra quem a *Organização* moveria sérios ataques, até sua total derrota.¹⁷

¹⁵ “O Cooperativismo como um todo **jamais poderá negligenciar a importância do diálogo com a OCB** e sua revista nacional. **Ela supre o vazio das comunicações ente cooperativas e cooperados**. Mas não é só dialogo: é também O GRITO, o protesto, o gesto firme. A Revista da OCB pretende retratar a realidade do Cooperativismo brasileiro, suas conquistas e deficiências”¹⁵. *Revista Nacional do Cooperativismo*. Brasília: jan.-fev., 1978, p. 1, grifos no original.

¹⁶ *Revista Nacional do Cooperativismo*. Brasília: jul - ago., 1978, p.3.

Para combater a “pulverização” política de suas bases, as lideranças da OCB promoveriam uma reorganização administrativa e gerencial de todo o sistema posto que, sem ela,

o relacionamento governo/cooperativas parece pernicioso ou prejudicial às últimas [...]. Afinal, as cooperativas têm 6 milhões de sócios, **mas não têm consciência de sua representatividade e permanecem massas de manobra parciais**.¹⁸

Uma vez que o chamado *sistema* compunha-se de uma estrutura que partia das cooperativas singulares, passava pelas Organizações Cooperativas Estaduais (OCEs) e chegava até a agremiação nacional, a solução indicava o estreitamento dos canais de comunicação entre os três níveis, com prioridade para o primeiro deles.

Nesse processo destacaram-se iniciativas como a criação dos Comitês Educativos (1989), destinados a formar líderes capazes de implementar a integração pretendida, pré-condição da autogestão.¹⁹ Face ao vulto dos negócios gerados pelas cooperativas, era imperioso buscar “**uma nova feição para o Cooperativismo, com a implantação da autogestão, a formação de novos quadros – técnicos – e instrumental moderno**”.²⁰ A Educação foi eleita como instrumento difusor da “consciência autogestionária”, sendo mais do que um projeto político, mas como uma proposta pedagógica, praticada pelos dirigentes da OCB com vistas à capacitação política de suas bases.²¹

¹⁷ Num primeiro momento, a OCB se oporia à legalização da *Copersucar* pelo governo, para o que enviaria cerca de 10.000 cartas a dirigentes de cooperativas e também à imprensa, divulgando o ofício por ela encaminhado aos parlamentares às vésperas da votação da matéria. *Revista Nacional do Cooperativismo*. Brasília: jan.-fev., 1979, p. 10.

¹⁸ *Revista Nacional do Cooperativismo*. Brasília: nov.-dez., 1979, p. 51, grifos meus.

¹⁹ *Informativo OCB*. Brasília: mar., 1989, p. 3, grifos meus.

²⁰ *Id.*, *ibid.* jan., 1989, p. 2.

²¹ Um desdobramento desse projeto consistiu na realização anual do ENCE – Encontro Nacional de Capacitação e Organização do Quadro Social em Cooperativas. *Informativo OCB*. Brasília: ago., 1991, p. 2, grifo no original.

Já quanto à afirmação de sua hegemonia extramuros da entidade, o primeiro passo consistiu em divulgar a “tendência natural” dos cooperativistas para o desempenho das funções de representação política, em face de seu aprendizado cotidiano das práticas “democráticas” e “igualitárias”, erigindo-se a agremiação como intermediador ideal entre grupos dominantes agrários, sociedade civil e Estado.

Outra estratégia de construção hegemônica consistiu em filiar-se a organismos internacionais, do que a OCB extrairia significativo capital simbólico a ser reconvertido em capital político para a agremiação, como nos casos de sua associação à Organização das Cooperativas da América (1981) e à *International Cooperative Alliance* (1983). O resultado dessas iniciativas se refletiria na nomeação de inúmeros diretores da Organização para cargos variados, junto ao Ministério da Agricultura²², fortalecendo ainda mais a entidade e assegurando-lhe papel decisivo enquanto mediadora entre grupos agroindustriais e governo federal.

O prestígio da OCB junto às demais entidades de classe, em inícios dos anos 1990, pode ser também aquilatado em função dos inúmeros prêmios, honrarias e cargos acumulados por seu mais conhecido presidente, Roberto Rodrigues: condecorado pelo governo francês com a Ordem do Mérito Agrícola; membro do GATT e do Concex; representante oficial da Agricultura no Fórum de Entendimento Nacional e no Conselho Empresarial de Competitividade Industrial; presidente da OCA entre 1993-95 e da ICA, desde 1999, até o presente.

A força política da OCB seria, ainda, ratificada pela construção de canais de acesso direto à Sociedade Política, que a tornariam uma das principais coadjuvantes na definição das políticas

²² Dentre eles podem-se destacar Rubem Ilgenfritz da Silva - ex-presidente da Cooperativa Regional Triticola de Ijuí (COTRIJUÍ) — designado para a Secretaria Geral do Ministério; Dijandir Dal Pasquale – nomeado presidente do Banco Nacional de Crédito Cooperativo (BNCC); Ignácio Mammana Neto – indicado para a presidência da Companhia de Financiamento da Produção e Athos Almeida Lopes – alçado à presidência da Embrater.

agrícolas estatais. Dentre esses canais merece relevo a criação, em 1981, da ***Frente Parlamentar Cooperativista***, construída a partir do cadastramento de todos os deputados e senadores com alguma “afinidade com a Agricultura”, dotados de um assessor parlamentar designado / subsidiado pela OCB, com a finalidade precípua de acompanhar sua atuação no Legislativo. Conquanto inicialmente inexpressiva, em 1983 a *Frente* já contaria com 80 integrantes, coordenados pelo senador Martins Filho, filiado ao PDS do Rio Grande do Norte e também presidente da Comissão de Agricultura da Casa. Azeitando toda essa arquitetura – denominada pela documentação de “sistema de veiculação dirigida” – estariam as Organizações de Cooperativas Estaduais (OCEs), verdadeiras “correias de transmissão”, encarregadas de obter, através da distribuição de formulários aos parlamentares de suas respectivas bases regionais, sua adesão à “causa cooperativa”, garantindo seu comprometimento público com a entidade.

A hegemonia da OCB junto ao conjunto do patronato rural seria fortemente consolidada pela conjuntura política inaugurada com a “Nova República”, oportunidade ímpar para ratificar-se a identificação entre sua doutrina “democrática” e o novo regime, já que a “*participação e democracia fazem parte da Natureza e da Doutrina Cooperativista*”.²³ A despeito disso, o aprofundamento da crise econômica brasileira levaria a entidade a criticar severamente as políticas públicas agrícolas. Nesse momento, a OCB despontaria, efetivamente, como porta-voz consensualmente aceita pelo conjunto das agremiações patronais agrárias, sobretudo após ter enfrentado uma nova entidade, nascida dias após a divulgação do Plano Nacional de Reforma Agrária, a União Democrática Ruralista (UDR).

O primeiro *round* da disputa entre a OCB e a UDR consistiu na articulação, encabeçada por Rodrigues, de um Bloco Parlamentar Ruralista, composto por 87 deputados e 6 senadores, visando “*levantar todas as propostas e projetos existentes em re-*

²³ *Jornal do Cooperativismo*. Brasília: mar.-abr., 1985, p. 2.

lação à agricultura e enumerar as prioridades para acelerar sua tramitação no Congresso".²⁴ A iniciativa visava dar menos tempo às manobras da nova rival. A conjuntura das eleições para a Assembleia Nacional Constituinte oportunizaria novo avanço político da OCB, cujas lideranças, além de promoverem intenso *lobby* junto ao Congresso, mobilizaram-se para eleger representantes próprios, respaldados pelo argumento do “desequilíbrio” existente entre o peso econômico e o peso político das cooperativas. Em editorial de agosto de 1985, a campanha seria divulgada junto às bases do *Sistema*, acompanhada da denúncia de um “novo inimigo” do cooperativismo, desta vez personificado na UDR que, em igual contexto, promovia sua Campanha de Valorização do Voto (CVV), destinada a arrecadar recursos para financiar candidatos seus à Constituinte.

A tensão entre as duas grandes lideranças ruralistas deste lustro - Ronaldo Caiado e Roberto Rodrigues – assomou à mídia e à opinião pública enquanto polarização exemplar da crise de representação política que atravessava o patronato rural. Enquanto Caiado era definido pela imprensa como jovem, preparado e letrado, Rodrigues era apontado como

[...] pretendente a **novo líder da agricultura**, que empolgue a imprensa e os políticos e se torne **intermediário credenciado** a negociar os interesses dos fazendeiros e do governo.²⁵

A UDR buscava impor-se como liderança incontestada dos grupos agrários mediante uma proposta de atuação violenta e radical, que dela afastaria as entidades patronais da agricultura mais “modernizada”, temerosas do desgaste de sua imagem junto à opinião pública. Em contraponto, a segunda reação da OCB, mais uma vez encabeçada por Rodrigues, consistiria na constituição de um colegiado de porta-vozes das principais agremiações do patronato, originando a Frente Ampla da Agropecuária Brasileira

²⁴ *O Estado de São Paulo*. São Paulo: 13-3-1985, p. 36.

²⁵ *Gazeta Mercantil*. Brasília: 22-06-1986, p.: 5, grifos meus.

(FAAB), dotada de amplo espaço na mídia. A imprensa publicaria várias matérias reforçando a oposição OCB *versus* UDR, como aquela em que é noticiado que “a Frente nasceu para **minimizar a influência crescente da UDR no campo, sendo idealizada pela OCB**”.²⁶ Em outra oportunidade, abriria espaço para uma longa entrevista concedida por Rodrigues, onde ele declarava, no tocante à Frente, que “**não convidamos a UDR porque ela não é um órgão legítimo de representação**”.²⁷

Os estudiosos da UDR, entretanto, apontam que, tanto no caso da aprovação do texto final do PNRA, quanto no da Assembléia Nacional Constituinte como um todo, a agremiação dos pecuaristas goianos teria sido a grande vitoriosa, conseguindo, por intermédio das articulações de Caiado, capitalizar para si quase todas as ações encetadas pela FAAB. A própria truculência de sua participação junto ao Congresso, teria assegurado esse triunfo e, já na fase final de votações da Constituinte, a UDR liderava um expressivo bloco de parlamentares, favoráveis à aprovação do texto apresentado pelo “Centrão” contando, desta vez, com o aval de todas as agremiações até então rivais, tais como a SRB, a CNA e a própria OCB.²⁸

Entretanto, a meu ver, tratou-se de uma vitória conjuntural e efêmera posto que, logo após a promulgação da nova Constituição, a UDR passou a ser severamente questionada pelos dirigentes da OCB. Na verdade, o que parece ter ocorrido é que a UDR conseguiu impor sua supremacia às demais entidades patronais da agricultura, sem ter sido capaz de imprimir sua efetiva direção, no sentido gramsciano do termo. Tal limite pode ser explicado tanto pela posição subalterna das bases sociais uderristas – pecuaristas em grande maioria - junto ao processo de “modernização” da agricultura brasileira, quanto pelas práticas virulentas perpetradas e propagadas por seus quadros. Duas evidências da supremacia sem direção da UDR foram a derrota de Caiado

²⁶ *Correio Braziliense*. Brasília: 18-06-1986, p. 7, grifos no original.

²⁷ *O Estado de São Paulo*. São Paulo: 29-6-1986, p. 8, grifos meus.

²⁸ *Idem*, *ibidem*, 24-3-1988, p. 33.

nas eleições presidenciais, e sua legislatura junto à Câmara dos Deputados nos anos 1990, que passou “em brancas nuvens”.

Em contrapartida, a reação dos dirigentes da OCB não tardaria. Visando às eleições de 1990, articularam uma operação tão bem coordenada que, antes mesmo de sua realização, seu *Informativo* divulgava a lista integral dos candidatos que, caso eleitos, comporiam a nova Frente Parlamentar Cooperativista, comprometendo-os, publicamente, com a agremiação.²⁹ Dentre eles destacaram-se nomes como Pedro Canedo (PRN-GO); Pedro Teruel (PT-MS); Ronan Tito (PMDB-MG); Dalton Canabrava (PMDB-MG); Mauro Campos (PSDB-MG); Rosa Prata (PRS – MG); Humberto Souto (PFL-MG); Paulo Romano; Adolfo de Oliveira (PFL-RJ); Adilson Macabu (RJ); Antônio Mendes Thame (PSDB-SP), Michel Temer (PMDB-SP), Adhemar de Barros Filho (PMDB -SP); Luiz Antônio Fleury Filho (PMDB-SP); Fábio Sales Meirelles (PDS-SP); Geraldo Alckmin (PSDB-SP); Guiomar Bello (PSDB-SP); José Maria Eymael (PDC-SP), Maluly Neto; Mendes Botelho (PTB-SP); Nelson Machezelli (PTB-SP); Paulo Brandão (SP); Roberto Cardoso Alves (PTB-SP); Saulo Ramos (PTB-SP); Jairo Mattos (PFL-SP); Newton Brandão (PTB-SP); Sidney Fuchida (PSDB-SP); Waldomiro Lopes da Silva (PTB-SP) e Antônio Carlos Casulari (PSDB-SP).

A lista integral conta com características interessantes, a começar pelo amplo espectro partidário de seus integrantes, incluindo desde parlamentares ligados ao PT, até aqueles do PDS. Em seguida, destaca-se a preponderância de três partidos, o PTB, o PMDB e o PSDB, com o qual a OCB passaria a estreitar fortes laços políticos não fossem, ambas, agremiações com bases fortemente paulistas. Ao fim e ao cabo, malgrado a supremacia da UDR, a OCB sairia como a força social dirigente da disputa interpatronal. Discursando em solenidade de sua despedida da presidência da agremiação, no ano de 1991, Rodrigues deixaria esboçado os rumos a serem seguidos pela OCB e demais agremiações da agricultura:

²⁹ *Informativo OCB*. Brasília: set., 1990, p. 3.

A função da OCB, neste capítulo, está quase encerrada: **a de rasgar horizontes e possibilitar a visão dos caminhos existentes**. Agora, é preciso trabalhar na pavimentação destes caminhos.³⁰

Estavam traçadas, grosso modo, as linhas do novo projeto hegemônico dos grupos dominantes agroindustriais brasileiros: a modernização definitiva da agricultura, mediante seu funcionamento em bases totalmente empresariais e, sobretudo, internacionalizadas, a despeito de vestidas do discurso pró-igualitarismo. Pouco faltava para afirmar-se o conceito de “*agribusiness*”.

E seria, uma vez mais, por meio da atuação de Rodrigues, guiado aos mais altos postos dentro e fora do sistema cooperativo, que esse conceito cimentaria a hegemonia da OCB, partindo da dupla proposta de abertura da agricultura brasileira às grandes linhas da “competitividade” internacional e de difusão da noção do “agro-negócio”. Em suas palavras,

Devemos nos **associar aos setores secundários e terciários a montante e a jusante da produção para desenharmos as linhas todas a seguir**. Só então será revertida a descapitalização do nosso agro.³¹

Ainda nas palavras do grande articulador da OCB, a valorização política dos representantes da agricultura brasileira dependia da adoção de

[...] um **regime econômico liberal**, para que os investimentos privados sejam maciços. O Brasil precisa se articular com este mundo moderno **para não perder o trem da contemporaneidade!** Mas é obvio que precisamos **rearranjar as classes do vagão brasileiro para estarmos atrelados coerentemente a este trem**.³²

E para conseguir tal “rearranjo”, os dirigentes da OCB propo-

³⁰ *Informativo OCB*. Brasília: fev., 1991, p.2, grifo no original.

³¹ *Informativo OCB*. Brasília: fev., 1990, p. 8, grifos no original..

³² *Informativo OCB*. Brasília: fev,1990, p. 1, grifos meus

riam a criação de uma nova entidade, dita de “novo tipo”, a *Associação Brasileira de Agribusiness* (ABAG), fundada em 1993.

OCB: quadros dirigentes e bases sociais

Analisando a composição das diretorias da OCB no período compreendido entre 1970 e 1990, verifica-se que seus quadros compunham-se, basicamente, de agroempresários³³, fortemente imbricados à agricultura plenamente “modernizada” e tecnologicada, zelosos do papel central desempenhado pela produção oriunda de cooperativas junto às exportações brasileiras. O conjunto de nomes pesquisados fez um total de 34 diretores, sendo 29 deles (ou seja, 85,3% do total) dotados de informações consistentes quanto a sua trajetória/inserção sócio-política, como pode ser melhor visualizado a partir do Quadro I, ao final do texto.

Um primeiro aspecto a ressaltar da composição dessas Diretorias é a permanência de certos nomes ao longo de períodos consideráveis, permitindo inferir não apenas uma continuidade de diretrizes de atuação, como a própria consolidação institucional da OCB. Dentre eles destacam-se dirigentes como José Pereira Campos Filho – presidente de 1978 a 1985; Américo Utumi – vice-presidente em igual período; Paulo Pinto da Silva – vice-presidente entre 1979 e 1982; Harry Dorrow – vice-presidente de 1985 a 1991; Adelar da Cunha – vice-presidente entre 1985 e 1991; Wilson Thiesen – vice-presidente e presidente de 1988 a 1993 ou mesmo Roberto Rodrigues – presidente entre 1985 e 1991.

Outra característica, referida à extração social dos dirigentes, consiste no fato de serem 86% deles proprietários rurais/agroindustriais e apenas quatro sem vínculo com a propriedade rural, todos eles profissionais liberais da área de tecnologia agrícola ou ligados a coopera-

³³ MENDONÇA, Sônia Regina de. *Estado e Representação Empresarial: Um Estudo Sobre a Sociedade Nacional de Agricultura (1964-1993)*. Niterói, Relatório Final de Pesquisa ao CNPq, 2005, sobretudo capítulo VIII.

tivas médicas.³⁴ Ademais, dos 29 diretores pesquisados, 17 (ou seja, 58,5%) aparecem na documentação como agropecuaristas; quatro como pecuaristas, dois como cotonicultores e cacauicultores e um como, ao mesmo tempo, banqueiro e agropecuarista.³⁵

A Diretoria da OCB também abrangia porta-vozes da agricultura oriundos das mais distintas regiões do país, demonstrando um perfil bem mais “nacional” de sua composição e representatividade, do que a paulista Sociedade Rural Brasileira, o que a aproximava da Sociedade Nacional de Agricultura, igualmente ampla em sua capacidade de representação. Assim, dos 29 dirigentes do período compreendido entre 1978 e 1993, 20% eram paulistas, 11% gaúchos e 10% paranaenses. Em paralelo, no entanto, encontra-se uma distribuição regional de dirigentes bastante equilibrada, com a presença de agroindustriais e/ou agropecuaristas oriundos de regiões tão diversas como Goiás, Alagoas ou Rio Grande do Norte, sendo que os nordestinos e nortistas, caso somados, perfazem um total de 26% da Diretoria.³⁶

Uma terceira característica do corpo dirigente da OCB prende-se ao fato de serem quase todos os seus integrantes, dirigentes de cooperativas dos diferentes níveis - singular ou federativo - o que corrobora não apenas com uma maior abrangência “nacional” da entidade mas, sobretudo, com sua diversidade regional, já que sua própria estrutura organizativa baseava-se em pólos

³⁴ Os diretores da OCB sem vínculo com a grande propriedade foram João Alfredo Pereira - funcionário aposentado do Banco do Brasil; Nelson Victor Trombeta - agrônomo de carreira da EMATER; Salvador G. de Oliveira Sobrinho - presidente da Organização das Cooperativas do Estado de Amazonas e Amaury Barbosa da Silva, presidente da Federação das Unimed's do Centro-Oeste e da Organização das Cooperativas do Distrito Federal.

³⁵ O banqueiro e agropecuarista é o potiguar Francisco Cândido da Silva, vice-presidente da entidade entre 1991 e 1993 e presidente do BNCC e da Organização das Cooperativas do Estado do Rio Grande do Norte.

³⁶ Dentre eles destacamos, à guisa de exemplos, o paraibano Marcos Barachuy (diretor /vice-presidente entre 1979 e 1982); o baiano Paulo Cardoso Pinto da Silva (vice-presidente no biênio 1980-82); o paraense Francisco Rego Magalhães (vice-presidente entre 1991 e 1993) ou ainda o sergipano Francisco Alves dos Santos (vice-presidente de 1988 a 1993).

estaduais, as mencionadas OCEs. Assim, dos 29 diretores analisados, 27 ou 93%, dirigiam cooperativas, dos quais 21 (77,8%) estavam à testa de Cooperativas Estaduais, neutralizando potenciais conflitos intra-setoriais, já que boa parte das entidades federativas do *sistema* achavam-se representadas na Diretoria Geral da agremiação. Apenas seis diretores da OCB não estavam vinculados às OCEs, distribuindo-se entre presidentes de cooperativas singulares de peso econômico significativo e dirigentes de Cooperativas Centrais.³⁷

A última característica significativa da Diretoria Geral da OCB decorre do fato de muitos de seus integrantes ocuparem, simultaneamente, postos de direção junto a entidades patronais rurais externas ao segmento cooperativo, sendo seis deles presidentes de agremiações como a Sociedade Rural Brasileira, a Sociedade Nacional de Agricultura, a Federação da Agricultura do Estado de São Paulo ou a Sociedade Mineira de Agricultura, por exemplo³⁸, o que sugere tanto uma aproximação entre elas, quanto uma clara tendência à fusão de quadros das distintas entidades patronais, mormente após 1985.

³⁷ Dentre eles pode-se citar os presidentes Cassiano Gomes dos Reis (Federação das Cooperativas de Cafeicultores do estado de São Paulo); José Apolônio Filgueiras (da Cooperativa Central dos Produtores de Algodão do Ceará); Paulo Cardoso Pinto da Silva (Cooperativa Central do Cacau de Ilhéus) e Marcos Leme Barachuy (Cooperativa Central Agrícola da Paraíba).

³⁸ Eram eles o próprio presidente da OCB, José Pereira Campos Filho - também presidente da Sociedade Mineira de Agricultura, 1º secretário da Sociedade Rural Brasileira, diretor da Federação da Agricultura do Estado de São Paulo e vice-presidente da Associação Paulista de Criadores de Bovinos; Carlos Helvidio Américo dos Reis - 1º vice-presidente da Sociedade Nacional de Agricultura (SNA); Roberto Rodrigues - presidente da OCB e também diretor da Sociedade Rural Brasileira (SRB), vice-presidente da SNA e secretário da Frente Ampla da Agropecuária Brasileira (FAAB); dentre outros.

A ABAG: o coroamento da hegemonia

A consolidação da OCB como nova força hegemônica do patronato rural brasileiro deu-se em inícios da década de 1990, quando da proposição, por seus dirigentes, de uma nova entidade, de novo tipo, que viria a constituir-se, ao menos em teoria, em articuladora de todas as demais. Sua formulação, enunciada por Roberto Rodrigues, tinha como justificativa a necessidade da afirmação do *agribusiness* no país, resultando na criação, em 1993, da Associação Brasileira de Agribusiness (ABAG).

Presidida por Ney Bittencourt de Araújo, ex-diretor da OCB³⁹ e “continuador” da obra de Rodrigues, a ABAG teria sua legitimidade extraída de dois argumentos: de um lado, a “certeza” da existência, no país, de uma “nova agricultura”, diversa daquela até então vigente; de outro, a necessidade urgente de construir-se canais de representação política ainda mais eficazes e compatíveis com a relevância econômica dessa “nova” agricultura.

No primeiro caso, seria desenvolvido todo um trabalho de elaboração ideológica que imbricava o conjunto das atividades econômicas do país à agricultura, agora definida como “atividade principal”, posto ter respaldado, “galhardamente”, a economia brasileira em crise desde os anos 80, gerando parte considerável do PIB nacional. Numa operação simbólica e política da maior envergadura, as lideranças da OCB recriariam a própria noção de agricultura, atrelando-a àquela, bem mais ampla, de “agronegócio”, não mais limitada à atividade agrícola propriamente dita. Nos termos de Araújo:

Um novo segmento surgiu **antes da porteira da fazenda** - o da **pesquisa e experimentação** - que passaram a ser exigências

³⁹ Mineiro; Agrônomo; diretor da Sementes Agroceres S.A; da Sementes Hortícolas S.A e da Agroceres Importação e Exportação, Comércio e Indústria S.A; membro da Sociedade Brasileira de Olericultura, da Sociedade Brasileira de Defensivos para Agropecuária, além de presidente da poderosa ABRASEM (Associação Brasileira dos Produtores de Sementes e Mudanças), integrava ainda as diretorias da SNA e da SRB.

fundamentais através da produção de sementes melhoradas, corretivos e fertilizantes; tratores, defensivos, vacinas, rações e medicamentos. Surgiram ainda mecanismos especializados de crédito, para custeio e investimento e apareceram **ações de marketing no campo.**⁴⁰

A rigor, o “novo segmento” não era tão novo quanto se pretendia fazer crer – remetendo à “modernização” da agricultura verificada na década de 1970 - conquanto, agora, estivesse diretamente associado às atividades financeiras. Se alguma novidade havia, residia na associação, num único sistema, de todas as atividades correlatas ao agrário; associação construída a partir da idéia de interdependência intersetorial e que somente se completaria no assim chamado “mundo posterior à fazenda”, envolvendo desde o armazenamento e transporte, até a industrialização e financiamento da produção. Nas palavras do então presidente da ABAG **“o agricultor passou a ser um especialista em plantar e criar, íntima interdependência com os segmentos a montante e a jusante da fazenda.”**⁴¹

Logo, a noção de “agribusiness” organizou e instrumentalizou um poderoso complexo de operações, de cunho muito mais comercial e financeiro e cuja importância não pode ser aquilatada, apenas, por seu desempenho econômico mas, sobretudo, por sua influência política. Foi essa nova “leitura” da agricultura que se tornou avalista de um sistema produtivo amplo e intricado, diante do qual urgia criar-se uma mega-agremiação dotada de poder político proporcional à sua importância, ainda que, segundo o discurso dos dirigentes da ABAG, nenhuma das entidades pré-existentes fosse desaparecer:

A ABAG não é uma associação a mais. Ela não nasce para substituir as associações dos vários segmentos que a constituem, todas elas participantes de seu Conselho Consultivo.⁴²

⁴⁰ ARAÚJO, Ney Bittencourt de. & PINAZZA, Luiz Antonio. *Agricultura na Virada do Século XX – Visão de Agribusiness*. São Paulo: Globo, 1994, p.35.

⁴¹ Idem, ibidem, p. 120, grifos meus.

⁴² Idem, ibidem, p. 141, grifos no original.

A criação da ABAG pode ainda ser vista como uma reação dos empresários agroindustriais à “incompetência” do Estado em enfrentar a crise econômica brasileira, incompetência que resultara numa suposta estagnação da agroindústria, legitimando, assim, a transferência, para as entidades de classe, da responsabilidade pela busca de novos rumos para o setor e o país. A própria imprensa desempenharia um importante papel coadjuvante na construção do consenso em torno da nova entidade, publicando matérias de forte apelo à opinião pública:

Reunidos sob uma mesma entidade, 40% do PIB brasileiro, no auditório Nereu Ramos, da Câmara dos Deputados, foi lançada nacionalmente, a Associação Brasileira de Agribusiness, que surge para **representar e articular as ações de empresas vinculadas ao complexo agro-industrial [...]. O peso pesado** da nova entidade congregará a Agrocere, Maxion, Sambra, Cobram e Febraban e, **como não poderia deixar de ser, sua sede nacional será em São Paulo.**⁴³

Como se percebe, desde o momento de sua criação e, diferentemente do discurso que a legitimava, a ABAG constituiu-se muito mais num *pool* de empresas do que numa associação de entidades patronais, embora seus dirigentes insistissem em afirmar o contrário, através de um “*trabalho de doutrinação, sobre a importância do agribusiness para a sociedade.*”⁴⁴ Insistindo em descaracterizar a nova entidade enquanto órgão político, o jornal *Correio Braziliense* destacaria sua função “técnica”, já que ampliaria a competitividade estrutural e setorial, posto ter o empresariado se dado conta da necessidade de globalizar suas estratégias visando resultados mais rápidos.⁴⁵

A hegemonia do agronegócio assentou-se sobre duas noções, caras à retórica neoliberal dos anos 1990: segurança alimentar e

⁴³ Correio Braziliense. Brasília: 5-5-1993, p. 9, *grifos meus.*

⁴⁴ Correio Braziliense. Brasília: 6-5-1993, p. 14.

⁴⁵ Idem, 9-5-1993, p. 17.

competitividade as quais, embora aparentemente “*incompatíveis*”, logo seriam compatibilizadas mediante a “*transformação*” do *agribusiness* brasileiro em coadjuvante da segurança alimentar mundial. Através desta operação minimizava-se o fato da nova entidade corresponder à institucionalização de um *lobby* empresarial dos mais lucrativos, travestido pela retórica de sua “*missão social*”. Afinal, não era o Brasil apresentado como um dos maiores exportadores mundiais de produtos do *agribusiness*, contanto com a sexta população mais mal nutrida do planeta ???

Não é difícil perceber que a contradição embutida em semelhante autojustificação reside no fato de tratar-se de uma entidade representativa das grandes cadeias de atividades altamente empresarializadas e financeirizadas, destinadas, prioritariamente, à exportação, sem grande afinidade com o mercado interno ou a “mal alimentada população brasileira”, embora tivesse emergido como portadora de uma finalidade estratégica: compatibilizar “desenvolvimento econômico” e “bem-estar social”.

Esses novos “ruralistas” explicitavam, assim, um novo projeto para a agricultura brasileira, capaz de obter o consenso de todas as entidades patronais e pautando-se por três parâmetros: competitividade, tecnologia e gestão. Segundo seu dirigente máximo:

O centro do poder migrou para a capacitação científica e tecnológica, centrada na informação e em novas técnicas de gestão. O melhor produto, pelo preço mais baixo, passa a ser a lei da competitividade.⁴⁶ Já do ponto de vista político, advogavam merecer:

Participar ativamente na **grande discussão nacional de redefinir o Estado** [...], transformando-se a ABAG em importante **ferramenta de apoio ao planejamento** do *agribusiness* brasileiro.⁴⁷

Passados mais de dez anos de sua fundação, vale a pena mencionar algumas das empresas que, na atualidade, integram

⁴⁶ ARAÚJO, N. B. & PINAZZA, L. A. op.cit., p. 116.

⁴⁷ Idem, *Ibidem*, p. 6.

a ABAG, num total de 59 membros: a Algar S.A. Empreendimentos e Participações; a Bunge Fertilizantes S.A.; a FMC Química do Brasil Ltda; Grupo Kepler Weber; Pioneer Sementes; Rutherford Trading S.A.; Sindicato Nacional da Indústria de Defensivos Agrícolas; Sipcarn Agro Ltda; Syngenta Seeds Ltda, dentre outras. Diante desse espectro, alguns comentários se impõem.

O primeiro, refere-se à extrema diversidade de “instituições” agremiadas, que variam desde empresas ligadas à produção e aperfeiçoamento genético de sementes – como no caso da Monsanto -, até aquelas ligadas à mídia - como a TV Globo. Apesar de suas lideranças continuarem definindo-a enquanto instância de articulação política de “entidades patronais” ligadas ao *agribusiness*, a ABAG consolidou-se como um *pool* de mega empresas transnacionais, em sua maioria, produtoras de tecnologia agrícola de ponta.

Em contrapartida, a presença de cooperativas junto a seus quadros é tão significativa quanto estratégica, remetendo, por um lado, à sua própria origem enquanto um desdobramento da OCB e, por outro, à sua legitimação enquanto depositária e “herdeira” dos princípios “democráticos e igualitários” da doutrina Cooperativista. Assim, dos 59 participantes da ABAG no presente, nove são cooperativas, historicamente associadas à OCB, como por exemplo a Carol (Cooperativa de Agricultores da Região de Orlândia), a Comigo (Cooperativa Mista dos Produtores Rurais do Sudoeste Goiano), a Cotrijal (Cooperativa Triticola Mista Alto Jacuí) e a Cocamar (Cooperativa de Cafeicultores de Maringá).

O traço mais marcante da ABAG, entretanto, consiste no predomínio absoluto de grandes empresas internacionais de *agribusiness* junto a seus quadros, mormente aquelas ligadas ao setor químico, num total de dezoito empresas, do porte da Monsanto, AGCO do Brasil; Bayer Cropscience Ltda; Du Pont do Brasil S.A; Pioneer Sementes ou John Deere Brasil Ltda, etc.

Também é significativa a presença do capital financeiro junto à entidade, que conta com associados como o Banco Cooperativo do Brasil S.A; o Banco Cooperativo Sicredi S.A. e o Banco do Brasil S.A., evidenciando a participação de agências tanto do setor público, quanto do privado. Dentre as primeiras, além do Banco

do Brasil (de capital misto) destaca-se a Embrapa. Dentre as segundas, além das já citadas, estão a Associação Nacional de Produtores de Defensivos Agrícolas (Andef), a Sadia, Seara ou a Bunge Alimentos, sempre em nome da “segurança alimentar mundial”. O espectro do *agribusiness* representado pela ABAG não estaria completo sem menção às grandes firmas de comercialização da produção setorial, tais como a Bolsa de Mercadorias e Futuros e a Rutherford Trading S.A., por exemplo.

À guisa de conclusão

Como foi possível depreender, a ABAG, cuja fundação derivou de iniciativa da Organização das Cooperativas Brasileiras, consolidou seu projeto hegemônico a partir de três pilares: 1) a conquista de novos canais de representação política, poderosos o bastante para permitir-lhe interferir junto às políticas públicas; b) a imposição de um novo projeto para a “agricultura” brasileira, tendo por vértice o binômio “segurança alimentar / internacionalização da atividade”, aberta à penetração maciça de capitais estrangeiros e, finalmente, 3) a absorção de dois processos colidentes: a progressiva fusão/ concentração de empresas e capitais ligados a atividades concorrentes e a administração política das tensões daí resultantes, constituindo-se, assim, num instrumento de neutralização dos conflitos intraclasse dominantes.

Através desses expedientes, assegurou-se, não apenas a potencialização da acumulação capitalista no país, como também o aprofundamento da subordinação da agricultura às grandes linhas do comércio e aos blocos mercantis resultantes da “globalização”. Logo, o binômio OCB – ABAG encontra-se à sombra da reconversão do Brasil ao *status* de país agrário-exportador, além de ter participado, mediante a imposição do novo projeto hegemônico, da vertiginosa ampliação do já grande fosso de desigualdades socioeconômicas vigente no país, em geral, e no “meio rural” em particular, aprofundando o abismo vigente entre “modernos empresários agroindustriais” e pequena produção

familiar, relegada a um lugar cada vez mais representado como “disfuncional” e “antiprodutivo”, posto que incapacitada de integrar-se aos parâmetros financeiros e tecnológicos do novo paradigma em vigor.

QUADRO I – OCB: Diretoria Geral (1978-1980)

	Jan. 1978 – Jun. 1979	Jul. 1979 – Out. 1979	Nov. 1979 – Fev.1980	Mar.-Abr. 1980
Presidente	João Rodrigo Alckmin – paulista; agropecuário.	José Pereira Campos Filho – mineiro; agropecuário; presidente da Cooperativa Central dos Produtores Rurais de Minas Gerais; diretor da Sociedade Mineira de Agricultura; vice-presidente da Organização das Cooperativas do Estado de Minas Gerais.	José Pereira Campos Filho – mineiro; agropecuário; presidente da Cooperativa Central dos Produtores Rurais de Minas Gerais; diretor da Sociedade Mineira de Agricultura; vice-presidente da Organização das Cooperativas do Estado de Minas Gerais.	José Pereira Campos Filho – mineiro; agropecuário; presidente da Cooperativa Central dos Produtores Rurais de Minas Gerais; diretor da Sociedade Mineira de Agricultura; vice-presidente da Organização das Cooperativas do Estado de Minas Gerais.
V i c e - Presidente	Cassiano dos Reis – paulista; agrônomo; pecuarista; funcionário da Secretaria de Agricultura de SP; diretor da Divisão de Classificação e Fiscalização de Produtos Agrícolas; diretor-geral do Depto da Produção Vegetal; chefe do Serviço de Azeites e Óleos Alimentícios do	Américo Utumi - paulista; agropecuário; diretor da Cooperativa de Cotia.	Américo Utumi - paulista; agropecuário; diretor da Cooperativa de Cotia.	Américo Utumi - paulista; agropecuário; diretor da Cooperativa de Cotia.

	<p>Ministério da Agricultura; diretor do IBC; 1º Secretário da SRB; diretor da FAESP; presidente da Federação das Cooperativas de Cafeicultores; vice-presidente da Associação Paulista de Criadores de Bovinos; administrador de diversas fazendas; fundador da Nazareth Agro-Pecuária S.A, dotada com projeto, pela SUDAM, de área de 13.200 ha (1970).</p>			
V i c e - Presidente	<p>José Apolônio Filgueiras – cearense; cotonicultor; empresário; dirigente da Cooperativa Central dos Produtores de Algodão do Ceará.</p>	<p>Paulo Cardoso Pinto da Silva – baiano; cacaucultor; presidente da Cooperativa Central do Cacau de Ilhéus.</p>	<p>Paulo Cardoso Pinto da Silva - baiano; cacaucultor; presidente da Cooperativa Central do Cacau de Ilhéus.</p>	<p>Paulo Cardoso Pinto da Silva - baiano; cacaucultor; presidente da Cooperativa Central do Cacau de Ilhéus.</p>
V i c e - Presidente	<p>Júlio Quirino da Costa – dados não localizados.</p>	<p>Seno Dreyer – gaúcho; agropecuarista; presidente da Organização das Cooperativas do Estado</p>	<p>Seno Dreyer – gaúcho; agropecuarista; presidente da Organização das Cooperativas do Estado</p>	<p>Seno Dreyer – gaúcho; agropecuarista; presidente da Organização das Cooperativas do Estado</p>

		do Rio Grande do Sul; diretor do Conselho de Administração da Cia. de Energia Elétrica do RGS.	do Rio Grande do Sul; diretor do Conselho de Administração da Cia. de Energia Elétrica do RGS.	do Rio Grande do Sul; diretor do Conselho de Administração da Cia. de Energia Elétrica do RGS.
Diretor	Carlos Helvidio Américo dos Reis - fluminense; agropecuário ; presidente da Organização das Cooperativas do Estado da Guanabara; presidente da Organização das Cooperativas do Estado do Rio de Janeiro (1976 - 1984); 1º Vice-presidente da SNA.	Alfredo Lopes Martins Neto – fluminense; pecuarista ; presidente da CCPL desde 1969; vice-presidente da Organização das Cooperativas do Estado da Guanabara e presidente do Conselho Regional do Montepio Cooperativista Brasileiro.	Alfredo Lopes Martins Neto – fluminense; pecuarista ; presidente da CCPL desde 1969; vice-presidente da Organização das Cooperativas do Estado da Guanabara e Presidente do Conselho Regional do Montepio. Cooperativista Brasileiro.	Alfredo Lopes Martins Neto - fluminense; pecuarista ; presidente da CCPL desde 1969; vice-presidente da Organização das Cooperativas do Estado da Guanabara e Presidente do Conselho Regional do Montepio. Cooperativista Brasileiro.
Diretor	José Bustamante de Carvalho - dados não localizados.	Benjamin Hamerschidt - paranaense; agropecuário ; presidente da Organização das Cooperativas do Estado do Paraná; fundador da Cooperativa Agrícola Mista Porto de Vitória; presidente da Cooperativa Central Agropecuária do Paraná.	Benjamin Hamerschidt – paranaense; agropecuário ; presidente da Organização das Cooperativas do Estado do Paraná; fundador da Cooperativa Agrícola Mista Porto de Vitória; presidente da Cooperativa Central Agropecuária do Paraná.	Benjamin Hamerschidt – paranaense; agropecuário ; presidente da Organização das Cooperativas do Estado do Paraná; fundador da Cooperativa Agrícola Mista Porto de Vitória; presidente da Cooperativa Central Agropecuária do Paraná.

Diretor	Aluízio de Freitas Almeida - dados não localizados.	Marcos Leme Barachuy - paraibano; agropecuário ; presidente da Cooperativa Central Agrícola da Paraíba; ex-diretor do Departamento de Assistência ao Cooperativismo da Secretaria de Agricultura da Paraíba.	Marcos Leme Barachuy - paraibano; agropecuário ; presidente da Cooperativa Central Agrícola da Paraíba; ex-diretor do Departamento de Assistência ao Cooperativismo da Secretaria de Agricultura da Paraíba.	Marcos Leme Barachuy - paraibano; agropecuário ; presidente da Cooperativa Central Agrícola da Paraíba; ex-diretor do Departamento de Assistência ao Cooperativismo da Secretaria de Agricultura da Paraíba.
Superint.	José de Campos Melo - dados não localizados.	José Campos de Melo - dados não localizados.	João Alfredo Pereira - paulista; Funcionário aposentado do Banco do Brasil; Assessor do BB; Assessor especial da diretoria do Banco e do Ministro da Agricultura, Amaury Stabile.	Wélia Szervinsk Silva - dados não localizados.

QUADRO I – OCB: Diretoria Geral (1980 – 1988)

	Mai.1980 – Jun. 1982	Jun.1982 - Jun. 1985	Jun.1985 - Mar. 1988
Presidente	<p>José Pereira Campos Filho – mineiro; agropecuarista; presidente da Cooperativa Central dos Produtores Rurais de Minas Gerais; diretor da Sociedade Mineira de Agricultura; vice-presidente da Organização das Cooperativas do Estado de Minas Gerais.</p>	<p>José Pereira Campos Filho – mineiro; agropecuarista; presidente da Cooperativa Central dos Produtores Rurais de Minas Gerais; diretor da Sociedade Mineira de Agricultura; vice-presidente da Organização das Cooperativas do Estado de Minas Gerais.</p>	<p>Roberto Rodrigues – paulista; agrônomo; agropecuarista em São Paulo e Minas; produtor de soja, cana, laranja e pecuária de corte; diretor das fazendas Santa Izabel, Bela Vista e Morumbi; diretor da Organização das Cooperativas do Estado de São Paulo; diretor da Organização dos Plantadores de Cana do Estado de São Paulo; diretor da Sociedade Rural Brasileira (SRB); vice-presidente da SNA (anos 90); presidente da OCB (1985-91); vice-presidente da Organização das Cooperativas Americanas; secretário da Frente Ampla da Agropecuária Brasileira (FAAP); presidente da Aliança Mundial de Cooperativas.</p>
V i c e - Presidente	<p>Américo Utumi – paulista; agropecuarista; diretor da Cooperativa de Cotia.</p>	<p>Américo Utumi – paulista; agropecuarista; diretor da Cooperativa de Cotia.</p>	<p>Adelar da Cunha – gaúcho; agropecuarista; economista; presidente da Organização das</p>

			Cooperativas do Estado do Rio Grande do Sul; Conselheiro da Cooperativa Regional de Energia e Desenvolvimento do Litoral Norte; vice-presidente da Cooperativa Triticola Mista Alto Jacuí (COTRIJAL); presidente do INCRA.
V i c e - Presidente	Paulo Cardoso Pinto da Silva - baiano; cacaucultor ; presidente da Cooperativa Central do Cacau de Ilhéus.	José Apolônio Filgueiras – cearense; cotonicultor ; empresário ; dirigente da Cooperativa Central dos Produtores de Algodão do Ceará.	Harry Dorrow - catarinense; pecuarista ; presidente da Organização das Cooperativas do Estado de Santa Catarina; presidente da Cooperativa Central Agrícola do Vale do Itajaí; conselheiro da Confederação Brasileira de Cooperativa de Laticínios; fundador da Cooperativa Regional dos Produtores de Leite do Sul.
V i c e - Presidente	Seno Dreyer – gaúcho; agropecuaria ; presidente da Confederação das Cooperativas de Eletrificação Rural do Rio Grande do Sul e da Organização das Cooperativas do Estado do Rio Grande do Sul; diretor do Conselho de Administração da Cia. de Energia Elétrica do RGS.	Cláudio Mendonça Dias - dados não localizados.	Paulo Roberto da Cunha – goiano; advogado, agropecuaria ; presidente da Organização das Cooperativas do Estado de Goiás e da Cooperativa Mista dos Produtores Rurais do Sudoeste Goiano (COMIGO).

<p>V i c e - Presidente</p>	<p>Alfredo Lopes Martins Neto - fluminense; pecuarista; presidente da CCPL desde 1969; vice-presidente da Organização das Cooperativas do Estado da Guanabara e Presidente do Conselho Regional do Montepio Cooperativista Brasileiro.</p>	<p>Alfredo Lopes Martins Neto - fluminense; pecuarista; presidente da CCPL desde 1969; vice-presidente da Organização das Cooperativas do Estado da Guanabara e presidente do Conselho Regional do Montepio Cooperativista Brasileiro.</p>	<p>José Pinto de Assis – alagoano; agropecuarista; presidente da Organização das Cooperativas do Estado de Alagoas; presidente da Cooperativa Agropecuária Regional de Santana do Ipanema.</p>
<p>V i c e - Presidente</p>	<p>Benjamin Hamerschidt – paranaense; agropecuarista; presidente da Organização das Cooperativas do Estado do Paraná; fundador da Cooperativa Agrícola Mista Porto de Vitória; presidente da Cooperativa Central de Agropecuária do Paraná.</p>	<hr/>	<p>Salvador Gonçalves de Oliveira Sobrinho – amazonense; médico; representante do segmento de Cooperativas de Trabalho; presidente da Organização das Cooperativas do Estado de Amazonas; presidente do Sindicato Médico do Amazonas.</p>
<p>V i c e - Presidente</p>	<p>Marcos Leme Barachuy - paraibano; agropecuarista; presidente da Cooperativa Central Agrícola da Paraíba, ex-diretor do Departamento de Assistência ao Cooperativismo da Secretaria de Agricultura da Paraíba.</p>	<hr/>	<p>Guntolf Van Kaick – paranaense; agrônomo; agropecuarista; funcionário da Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo; presidente da Organização das Cooperativas do Estado do Paraná e da Associação de Orientação às Cooperativas do</p>

			Paraná; assessor Técnico da Cooperativa Agrícola de Cotia; membro da Comissão Nacional de Sementes e Mudanças (Conasem).
Diretor	Benedito de Miranda - dados não localizados.	Alfredo Lopes Martins Neto - fluminense; pecuarista ; presidente da CCPL desde 1969; vice-presidente da Organização das Cooperativas do Estado da Guanabara e presidente do Conselho Regional do Montepio Cooperativista Brasileiro.	_____
Diretor	_____	Marcos Leme Barachuy - paraibano; agropecuarista ; presidente da Cooperativa Central Agrícola da Paraíba, ex-diretor do Departamento de Assistência ao Cooperativismo da Secretaria de Agricultura da Paraíba.	_____
Diretor	_____	Guntolf Van Kaick – paranaense; agrônomo; agropecuarista; funcionário da Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo ; presidente da Organização das Cooperativas do Estado do	_____

Paraná e da associação de
Orientação às Cooperativas do
Paraná; assessor Técnico da
Cooperativa Agrícola de Cotia;
**membro da Comissão Nacional
de Sementes e Mudas**
(Conasem).

QUADRO I – OCB: Diretoria Geral (1989-1993)

	Mar. 1988 – Jan. 1989	Jan. 1989 – Abr. 1991	Abr. 1991 – Dez. 1993
Presidente	<p>Roberto Rodrigues – paulista; agrônomo; agropecuarista em São Paulo e Minas; produtor de soja, cana, laranja e pecuária de corte; diretor das fazendas Santa Izabel, Bela Vista e Morumbi; diretor da Organização das Cooperativas do Estado de São Paulo; diretor da Organização dos Plantadores de Cana do Estado de São Paulo; diretor da Sociedade Rural Brasileira (SRB); vice-presidente da SNA (anos 90); presidente da OCB (1985-91); vice-presidente da Organização das Cooperativas Americanas; secretário da Frente Ampla da Agropecuária Brasileira (FAAP); presidente da Aliança Mundial de Cooperativas.</p>	<p>Roberto Rodrigues – paulista; agrônomo; agropecuarista em São Paulo e Minas; produtor de soja, cana, laranja e pecuária de corte; diretor das fazendas Santa Izabel, Bela Vista e Morumbi; diretor da Organização das Cooperativas do Estado de São Paulo; diretor da Organização dos Plantadores de Cana do Estado de São Paulo; diretor da Sociedade Rural Brasileira (SRB); vice-presidente da SNA (anos 90); presidente da OCB (1985-91); vice-presidente da Organização das Cooperativas Americanas; secretário da Frente Ampla da Agropecuária Brasileira (FAAP); presidente da Aliança Mundial de Cooperativas.</p>	<p>Wilson Thiesen – catarinense; agrônomo; agropecuarista e industrial; presidente da Organização das Cooperativas do Estado do Paraná; coordenador da Associação de Orientação às Cooperativas do Estado do Paraná; gerente do Departamento de Insumos da Cooperativa Central da Agropecuária do Paraná (Cocap); vice-presidente da OCEPAR (1981-83); vice-presidente da Confederação das Cooperativas Centrais do Paraná; membro da Associação dos Produtores e Comerciantes de Sementes e Mudas e da Associação dos Engenheiros Agrônomos do Paraná; do Sindicato da Indústria de Laticínios e Derivados do Estado, do Centro de Comércio Exterior do Paraná e da Federação das Indústrias do Estado do Paraná.</p>

**V i c e -
Presidente**

Adelar da Cunha – gaúcho; **agropecuário**; economista; presidente da Organização das Cooperativas do Estado do Rio Grande do Sul; conselheiro da Cooperativa Regional de Energia e Desenvolvimento do Litoral Norte; membro do Conselho Estadual do Leite; vice-Presidente da Cooperativa Triticola Mista Alto Jacuí (COTRIJAL); **presidente do INCRA.**

Adelar da Cunha – gaúcho; **agropecuário**; economista; presidente da Organização das Cooperativas do Estado do Rio Grande do Sul; conselheiro da Cooperativa Regional de Energia e Desenvolvimento do Litoral Norte; membro do Conselho Estadual do Leite; vice-Presidente da Cooperativa Triticola Mista Alto Jacuí (COTRIJAL); **presidente do INCRA.**

Maury Barbosa da Silva – goiano; médico; representante da região Centro-Oeste; presidente da Unimed Brasília; da Federação das Unimed's do Centro-Oeste; diretor Regional da Unimed Brasil; presidente da Organização das Cooperativas do Distrito Federal, diretor do Hospital Olivério Kraemer; presidente da Sociedade de Cancerologia da Guanabara e do Conselho Regional de Medicina do Rio de Janeiro.

**V i c e -
Presidente**

Harry Dorrow - Catarinense; **pecuarista**; presidente da Organização das Cooperativas do Estado de Santa Catarina; Presidente do Instituto Técnico das Cooperativas e da Cooperativa Central Agrícola do Vale do Itajaí; Membro do Conselho de Administração da Confederação Brasileira de Cooperativa de Laticínios e do Conselho de Administração da Associação Comercial e Industrial de Itajaí; fundador da Cooperativa Regional dos Produtores de Leite do Sul.

Harry Dorrow - Harry Dorrow - Catarinense; **Pecuarista**; Presidente da Organização das Cooperativas do Estado de Santa Catarina; Presidente do Instituto Técnico das Cooperativas e da Cooperativa Central Agrícola do Vale do Itajaí; Membro do Conselho de Administração da Confederação Brasileira de Cooperativa de Laticínios e do Conselho de Administração da Associação Comercial e Industrial de Itajaí; fundador da Cooperativa Regional dos Produtores de Leite do Sul.

Francisco Cândido da Silva – Potiguar; **Agropecuário e Banqueiro**; Representante do Segmento de Crédito Rural; **Coordenador Estadual da EMATER-RN**; **Diretor de Planejamento do Banco Nacional de Crédito Cooperativista**; Vice-presidente da Cooperativa Central do Rio Grande do Norte; Secretário da Associação de Orientação das Cooperativas do Nordeste; Presidente da Organização das Cooperativas do Estado do Rio Grande do Norte; Administrador

			de empresas privadas e de cooperativas singulares de produção e consumo.
V i c e - Presidente	<p>Wilson Thiesen – catarinense; agrônomo; agropecuaria e industrial; presidente da Organização das Cooperativas do Estado do Paraná; coordenador da Associação de Orientação às Cooperativas do Estado do Paraná; gerente Departamento de Insumos da Cooperativa Central da Agropecuária do Paraná (Cocap); vice-presidente da OCEPAR (1981-83); vice-presidente da Confederação das Cooperativas Centrais do Paraná; membro da Associação dos Produtores e Comerciantes de Sementes e Mudanças e da Associação dos Engenheiros Agrônomos do Paraná; do Sindicato da Indústria de Laticínios e Derivados do Estado, do Centro de Comércio Exterior do Paraná e da Federação das Indústrias do Estado do Paraná.</p>	<p>Wilson Thiesen – catarinense; agrônomo; agropecuaria e industrial; presidente da Organização das Cooperativas do Estado do Paraná; coordenador da Associação de Orientação às Cooperativas do Estado do Paraná; gerente Departamento de Insumos da Cooperativa Central da Agropecuária do Paraná (Cocap); vice-presidente da OCEPAR (1981-83); vice-presidente da Confederação das Cooperativas Centrais do Paraná; membro da Associação dos Produtores e Comerciantes de Sementes e Mudanças e da Associação dos Engenheiros Agrônomos do Paraná; do Sindicato da Indústria de Laticínios e Derivados do Estado, do Centro de Comércio Exterior do Paraná e da Federação das Indústrias do Estado do Paraná.</p>	<p>Francisco José Rego Magalhães – paraense; agrônomo; agropecuaria; representante dos segmentos de trabalho e consumo; presidente da Organização das Cooperativas do Estado do Paraná; diretor da Cooperativa de Prestação de Serviços Agrosilvopastoril (Coagro).</p>

**V i c e -
Presidente**

José Mario Freitas – goiano;
agropecuária.

José Mario de Freitas – goiano;
agropecuária.

Frederico Bavaresco – gaúcho;
agrônomo; **agropecuária**;
diretor do Parque Agrícola de
Taquari, **secretário Agricultura
do Rio Grande do Sul**,
presidente da Cooperativa de
Eletrificação do Estado;
presidente da FARSUL
(Federação de Agricultura do
Estado do Rio Grande do Sul);
vice-presidente da Organização
das Cooperativas do Estado do
Rio Grande do Sul.

**V i c e -
Presidente**

Ronaldo Ernesto Scucato –
mineiro; **agropecuária**;
advogado; representante do
segmento de Consumo e Crédito
Urbano; primeiro presidente da
Confederação Brasileira das
Cooperativas de Crédito Mútuo e
da Federação Mineira das
Cooperativas de Crédito Mútuo;
vice-presidente da Organização
das Cooperativas do Estado de
Minas Gerais; diretor da
Cooperativa dos Servidores do
DER/MG; presidente da
Cooperativa de Economia e
Crédito Mútuo dos Colaboradores

Ronaldo Ernesto Scucato –
mineiro; **agropecuária**;
advogado; representante do
segmento de Consumo e Crédito
Urbano; primeiro presidente da
Confederação Brasileira das
Cooperativas de Crédito Mútuo e
da Federação Mineira das
Cooperativas de Crédito Mútuo;
vice-presidente da Organização
das Cooperativas do Estado de
Minas Gerais; diretor da
Cooperativa dos Servidores do
DER/MG; presidente da
Cooperativa de Economia e
Crédito Mútuo dos Colaboradores

Ronaldo Ernesto Scucato –
mineiro; **agropecuária**;
advogado; representante do
segmento de Consumo e Crédito
Urbano; primeiro presidente da
Confederação Brasileira das
Cooperativas de Crédito Mútuo e
da Federação Mineira das
Cooperativas de Crédito Mútuo;
vice-presidente da Organização
das Cooperativas do Estado de
Minas Gerais; diretor da
Cooperativa dos Servidores do
DER/MG; presidente da
Cooperativa de Economia e
Crédito Mútuo dos Colaboradores

	da Coopeder; membro principal da Junta de Vigilância da Organização das Cooperativas da América (OCA).	da Coopeder; membro principal da Junta de Vigilância da Organização das Cooperativas da América (OCA).	da Coopeder; membro principal da Junta de Vigilância da Organização das Cooperativas da América (OCA).
V i c e - Presidente	Francisco Alves dos Santos – sergipano; agrônomo e advogado; agropecuarista ; presidente da Organização das Cooperativas do Estado de Sergipe; presidente da Assocene; ocupou importantes cargos públicos e em empresas privadas em Sergipe; suplente de Deputado Federal .	Francisco Alves dos Santos – sergipano; agrônomo e advogado; agropecuarista ; presidente da Organização das Cooperativas do Estado de Sergipe; presidente da Assocene; ocupou importantes cargos públicos e em empresas privadas em Sergipe; suplente de Deputado Federal .	Francisco Alves dos Santos – sergipano; agrônomo e advogado; agropecuarista ; presidente da Organização das Cooperativas do Estado de Sergipe; presidente da Assocene; ocupou importantes cargos públicos e em empresas privadas em Sergipe; suplente de Deputado Federal .
Superint.	_____	Nelson Victor Trombeta – paulista; agrônomo e especialista dos quadros da EMATER (Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural).	Francisco Alves dos Santos – sergipano; agrônomo e advogado; agropecuarista ; presidente da Organização das Cooperativas do Estado de Sergipe; presidente da Assocene; ocupou importantes cargos públicos e em empresas privadas em Sergipe; suplente de Deputado Federal